RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO - Gestão 2019-2023

1. INTRODUÇÃO E HISTÓRICO DA UNIDADE

1.1. Estrutura e Funcionamento

1.2. Organograma / Funcionograma / Equipe*

Eduardo Ferreira Moreira	<i>Procurador Federal - Chefe</i>
Társis Nametala Sarlo Jorge	<i>Procurador Federal - Chefe Substituto</i>
Edson Luiz Damasceno de Souza	<i>Procurador Federal</i>
Isabel Carvalho de Nogueira	<i>Assistente em administração</i>
Jeremias da Cunha Lemos Garcia	<i>Assistente em administração</i>
Aline Vieira dos Santos	<i>Assistente em administração</i>
Victor Cruz da Costa	<i>Recepcionista</i>
Thaís Araújo Vieira	<i>Contínuo</i>

*Informações em 25/05/2023.

1.3. Competências

A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - PF-UNIRIO (também denominada Procuradoria-Geral) tem como competência representar a UNIRIO judicial e extrajudicialmente, bem como desenvolver atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Administração Superior, de acordo com o disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que instituiu a Advocacia Geral da União (AGU).

Outra competência relevante relacionada à atuação da PF-UNIRIO está baseada no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, que permite à Procuradoria-Geral Federal (PGF) representar judicialmente os agentes públicos quando demandados em juízo em razão de atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público. Trata-se de previsão que visa garantir ao agente público maior segurança para a prática regular de seus atos funcionais, pois, na eventual hipótese de ser demandado pessoalmente, poderá contar com o auxílio da advocacia pública na sua defesa judicial. A matéria é regulamentada por ato normativo da PGF.¹

1.4. Detalhamento dos procedimentos regulares

O funcionamento da PF-UNIRIO é regido pela Ordem de Serviço (OS) Conjunta nº 01/GR/PF-UNIRIO, de 13 de maio de 2014, em que estão estabelecidas as diretrizes gerais

¹ <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/CartilhaRepresentacaodeAgentesPublicospelaAGU.pdf>

para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestados pela Procuradoria Federal junto à Universidade Federal.

São autoridades que podem solicitar manifestação ou assessoramento jurídico nos termos da OS²:

1. Reitor e Vice-Reitor;
2. Pró-Reitores;
3. Diretores:
 1. do Arquivo,
 2. da Biblioteca, e;
 3. do Hospital Universitário (HUGG);
4. Coordenador de Educação à Distância (CEAD);
5. Auditor e Ouvidor;
6. Presidentes de Comissões, e;
7. Pregoeiros.

2. PENDÊNCIAS

2.1. Ações em desenvolvimento para serem finalizadas

2.1.1. Mediações conduzidas pelas Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal

A Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal integra a Consultoria-Geral da União, órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União, e tem a missão institucional de atuar, por de meio de autocomposição, na busca da prevenção e solução consensual de conflitos que envolvam órgãos da administração pública federal, autarquias ou fundações federais. A CCAF é representada nos estados pelas Câmaras Locais de Conciliação - CLCs³.

Os procedimentos foram instaurados por solicitação do chefe superior da UNIRIO, submetidos pela PF-UNIRIO à CLC-RJ, coordenada pela advogada da União, Dra. Andréa Martins Jorge Henriques de Vasconcelos, responsável por conduzir os procedimentos.

1) Mediação UNIRIO - IHB

Controvérsia entre a UNIRIO e o Instituto Hahnemanniano do Brasil - IHB quanto à regularização de registro do imóvel (RGI) situado na Rua Frei Caneca, nº 94, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

Na UNIRIO, ainda em 2011, a questão gerou a abertura do processo n. 23102.000464/2011-34 e posterior ajuizamento da ação judicial sob o n.

² Disponível em: <<http://www.unirio.br/pfunirio/arquivos/OSn01.GR.PFUNIRIO13mai2014.pdf>>. Acesso em: 26/05/2023.

³ Disponível em: <<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/ccaf>>. Acesso em: 03/06/2023

0010295-20.2006.4.02.5101, já transitada em julgado. No sistema da AGU, o procedimento de mediação tramita sob o NUP 00439.000701/2022-12.

2) Mediação UNIRIO - Município do Rio de Janeiro

Controvérsia entre a UNIRIO e o Município do Rio de Janeiro quanto a titularidade e o uso do imóvel situado na Rua Ramiro Magalhães, 521, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro/RJ.

Na UNIRIO o processo n. 23102.006212/2019-76 foi aberto para acompanhar as providências necessárias para cumprimento das determinações do Acórdão 4825/2017-TCU-2ª Câmara, exarada no processo TC 012.285/2016-1, em monitoramento na TC 031.772/2018-8. No sistema da AGU, o procedimento de mediação tramita sob o NUP 00404.002012/2020-88.

2.1.2. Tratativa de Acordo MPF - discentes - UNIRIO

A Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos - PRDC, órgão do Ministério Público Federal - MPF, fez a Recomendação PRDC nº 03/2018 a partir da qual a UNIRIO elaborou a Ordem de Serviço nº 003, de 08 de junho de 2018, que instituiu e regulamentou a Comissão de Heteroidentificação de pretos e pardos no âmbito do sistema de cotas do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que passou a ser prevista nos editais de ingresso à UNIRIO, conjuntamente com a autodeclaração como forma de garantir o acesso às vagas reservadas dentro das políticas afirmativas raciais.

No procedimento de acompanhamento - P.A. n.º 1.30.001.000545/2021-54, aberto e conduzido pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Júlio José Araújo Júnior, para monitorar cumprimento da Recomendação PRDC nº 03/2018, a UNIRIO propôs a construção de uma solução conciliatória, com a intervenção do MPF, entre alunos que tiveram a autodeclaração racial revista por Comissão de Heteroidentificação, o MPF e a UNIRIO.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES PERTINENTES.

3.1 Pareceres referenciais

A manifestação com o caráter de parecer referencial autoriza a adoção de manifestação jurídica referencial, dispensando-se a análise individualizada de matérias que envolvam questões jurídicas idênticas e recorrentes (base legal na Orientação normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, publicada no DOU em 26 de maio de 2014), salvo dúvida jurídica específica identificada pela Administração.

A PF-UNIRIO possui dois Pareceres Referenciais aprovados:

Parecer	Ementa
Parecer referencial nº.	PARECER REFERENCIAL. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Parecer	Ementa
<u>012/2023/SEJUR/PFUNIRIO/PGF/AGU</u>	CONTINUADOS. TERMO ADITIVO. RECOMENDAÇÃO PARA QUE SEJA ADOTADO O PRESENTE PARECER COMO PARECER REFERENCIAL, NA FORMA DA ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014, NOS CASOS DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL SEM DÚVIDAS JURÍDICAS.
PARECER n. 298/2019/SEJUR/PFUNIRIO/PGF/AGU	EMENTA: I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Hospital Universitário - filial EBSEH em transição para gestão plena. II. Manifestação referencial, cujo objeto é a análise jurídica da instrução processual e da minuta de termo aditivo visando à formalização da sub-rogação dos contratos da UNIRIO para a EBSEH (filial), em razão da adesão ao contrato de gestão hospitalar a ser executado por esta empresa pública. III. Solicitação de Prioridade da Análise Jurídica. IV. Possibilidade, com recomendações.

Ver NUP 00900.000067/2023-03

3.2 Regime de Licitações e Contratos

Atualmente, a Administração Pública Federal convive com dois regimes de licitações e contratos. O contempla a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 12.462/2011 — que terá vigência até 30 de dezembro de 2023. O segundo trata da nova Lei de licitação e contratos, Lei nº 14.133, de 2021, que dentre várias inovações nas modalidades de licitação incumbiu à autoridade máxima da entidade pública a promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei, que preencham os requisitos previstos nos incisos I a III, do art.7º.

A Lei nº 14.133, de 2021 traz uma nova visão sobre o processo licitatório, seus objetivos estão delineados no art. 11, e visam a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive, no que se refere ao ciclo de vida do objeto; garantir o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis, e o superfaturamento na execução dos contratos, e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Para alcançar esses objetivos surge na nova lei o conceito de governança (parágrafo único, art.11) para atribuir à alta administração do órgão ou entidade a responsabilidade pela governança das contratações, e pela implementação dos processos e estruturas, inclusive, de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o

alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover a eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

O conceito de governança da alta administração engloba não só a designação da pessoa competente para administrar as licitações e contratos (gestor dos contratos), mas como e quando essa competência vai ser exercida, e qual o escopo dessa competência. Por isso devem ser implementados processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, que não se confundem com a matriz de riscos (art.6º, XXVII), mas sim os riscos de compliance (mecanismos de integridade), de controles internos do contrato.

Nesse sentido, faz-se mister e recomendável que a alta administração da UNIRIO conheça e aplique a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A AGU disponibiliza em seu site na internet uma gama de modelos que abrangem os editais para os diversos tipos de licitação e seus documentos correlatos (termo de referência, contrato, ata de registro de preços, serviço comum de engenharia, projeto básico, termo de justificativa técnica relevante, dentre outros), convênios, acordo de cooperação técnica, protocolo de intenções, e seus respectivos planos de trabalho, chamamento público para termo de colaboração, e modelos do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Como estes modelos são atualizados de tempos em tempos, compete à Pró-Reitoria que estiver tratando do assunto verificar no sítio eletrônico da AGU qual o modelo adequado ao caso concreto e sua versão mais atual. É relevante ressaltar que a PROAD vem utilizando os modelos disponibilizados pela AGU, que são encaminhados para a análise jurídica da Procuradoria com a nota de rodapé (que identifica o modelo) e com as alterações (inclusões e supressões) feitas no modelo, em documento apartado e com as necessárias justificativas, o que agiliza o tempo da análise jurídica. As outras Pró-Reitorias precisam ainda se adequar a este padrão.

4. ANEXOS

4.1. Modelos sugeridos

- Modelos de Licitações e contratos elaborado pela Consultoria Geral da União - CGU:
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos>;

- Modelos e Pareceres de Convênios e Instrumentos Congêneres para a União:
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/conveniosecongeneres>

- Modelos e pareceres de CT&I para ICTs da União:
<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/cti>

- Cartilha de Representação Judicial de Agentes Públicos pela Advocacia-Geral da União:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/CartilhaRepresentacaodeAgentesPublicospelaAGU.pdf>

- Manual de Representação Extrajudicial da União, de agentes e ex-agentes públicos:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/manuais/manual-representacao-extrajudicial-deaex-jul_2020.pdf